



ASSÉDIO MORAL CONTRA EMPREGADAS DOMÉSTICAS NEGRAS: UMA CONCEPÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA?

SOUZA, Andre do Nascimento de
HOFFELDER, Karlla Renatta
OLIVEIRA, Glacielli Thaiz Souza de (Orientadora)

Resumo

Essa pesquisa traz como tema central um estudo sobre a gênese do assédio moral vivenciado por trabalhadoras domésticas negras. O objetivo geral é alancardados literários a fim de compreender como se expressa esse fenômeno, e assim trazer algumas concepções a cerca desse tema. Traçamos como objetivos específicos compreender o contexto sócio histórico do assédio moral em relação as empregadas domésticas negras; discorrer sobre a concepção de trabalho no sistema capitalista; retratar a questão da saúde da trabalhadora, e; a atuação do/a Assistente Social ante essa expressão da questão social. Por meio da interpretação e análise do conteúdo dos materiais bibliográficos junto a investigação bibliográfica, documental e descritiva, espera-se proporcionar um campo fértil para discussões acerca dessa temática, colaborando para o fortalecimento de uma consciência crítica, possibilitando assim uma contribuição com o rompimento do traço tradicional e conservador imposto à essas trabalhadoras.

Palavras-chave: discriminação; trabalho escravo; mulheres; empregadas domésticas.

Abstract

This research brings as a central theme a study on the origin of the moral siege surviving black domestic workers. The general objective is the literary data of relative to understand how he expresses this phenomenon, and thus brings some conceptions around this subject. We design as specific objectives, understands the historical partner context of the moral siege in relation to black domestic employees; to talk about the conception of work in the capitalist system and to show the issue of worker health, and; a performance of the Social Worker on here this expression of the social question.. Through the interpretation and analysis of the content of bibliographical materials, close to bibliographical, documentary and descriptive researches, it hopes to provide a fertile ground for discussions on this topic, collaborating to strengthen a critical conscience, thus enabling a contribution with the rupture of the aspect traditional and conservative when these workers were imposed.

Keywords: discrimination; work slave; women's; domestic workers.

INTRODUÇÃO

Este artigo retrata o histórico do assédio moral nas relações de trabalho das empregadas domésticas negras, abordando reflexões que autores renomados descrevem a respeito da violência no trabalho e toda sua trajetória ao longo dos séculos. Sabe-se que o sofrimento e a opressão dos/as trabalhadores/as são fenômenos sociais antigos no mundo do trabalho, e entende-se que problematizar essa questão é algo extremamente importante, pois o assédio moral provoca adoecimento físico e mental dessa classe social, instigando a exploração da mão de obra, sem nem ao menos pensar nos/as trabalhadores/as.

Não há como debater o assédio moral que as empregadas domésticas negras sofreram/sofrem sem compreender toda a trajetória sócio histórica do negro no Brasil, exemplificando o contexto de escravidão, exploração, em especial dos negros e índios e em como se comportou a Igreja Católica diante de tal situação, visto que a Santa Sé era uma das mais próximas instituições desse povo na época.

Traremos ao debate como o medo e receio geraram - e ainda geram - o crescimento do capitalismo e o aumento do assédio moral dentro das organizações; como emergiu a divisão sócio técnica do trabalho na sociedade capitalista; como ocorreu a inserção da mulher negra no mundo do trabalho, sua trajetória pós escravatura e a sua sofrida e ainda degradante realidade em várias situações.

Por fim, abordaremos como o/a assistente social se apropria dos aparatos teórico-metodológicos, ético-político e técnico-operativos traçando estratégias para o enfrentamento dessas demandas de retrocessos vividos na atual conjuntura do Brasil.

CONTEXTO DA DISPERSÃO DO ASSÉDIO MORAL: UMA PERSPECTIVA UNIVERSAL

Freitas, Heloani e Barreto (2008), chamam a atenção para a grande importância de se buscar a gênese histórica de todo um processo que alterou a economia e a lógica de mercado em importâncias mais que fundamentais

servindo como base dos atuais modelos de sociedades, para assim se compreender a prática da violência no trabalho, contudo, focalizaremos na prática do assédio moral. Para Weber (1978), a violência no trabalho e consequentemente o assédio moral, tiveram seu início com a dispersão do protestantismo em conjunto com o desenvolvimento do sistema capitalista e o grande processo de industrialização que acabou em culminar no auge da administração racionalista, isto é, uma administração que buscava somente atender e suprir a lógica custo “versus” benefício que nos é imposta pelo neoliberalismo na sociedade moderna. Conforme discorre Weber (1978) entendemos que com essa lógica o mercado expandiria seus domínios a todas as áreas da vida das pessoas, não respeitando qualquer critério, estágio esse que ele denomina como “gaiola de ferro”. Em decorrência desse modelo, “a gestão tornou-se a ideologia dominante do nosso tempo”. (Gaulejac, 2006, p. 413).

Assim, considerando o contexto sociohistórico, econômico e político mundial que se fortalecia no século XX, toda a trajetória de sobreposição da economia nas demais esferas sociais foi altamente impulsionada, discorrem Freitas, Heloani e Barreto (2008). Deste modo, seguindo a análise histórica dos autores, notamos que no período pós Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimento econômico dos países com sistema de produção capitalista foi admirável nas reconstruções de territórios destruídos pela guerra, podendo se acreditar que isso ampliou as demandas de consumo e produção dessas nações.

Chegando a meados da década de 70, temos a crise do petróleo que viria a alterar todo esse cenário, colocando a necessidade das empresas de adquirir matérias-primas e mão de obra investindo baixíssimo custo, deste modo, transformam-se as relações de configuração do mercado. Nos anos 1980/1990, com o neoliberalismo em alta, compreendemos que estava posto o campo fértil para a economia controlar e legitimar suas ações no interior de toda a sociedade, incluindo dominar as várias interfaces da vida das pessoas.

Segundo, Figueredo (2012, p. 37 e 38):

A ascensão do fator econômico como diretriz da vida e a simultânea derrocada de outras instituições sociais como promotores de outros valores faz com que o trabalho profissional se torne o mais relevante componente da identidade social e pessoal, porque as pessoas são vistas praticamente de acordo com o que exercem nesse espaço.

Desse modo, pode considerar que existe um grande receio de se perder o emprego, isto porque à sociedade não tabula as pessoas somente quando perde-se a fonte de subsistência, mas sim quando não produzem o suficiente que o empregador deseja, sendo por vezes taxados como improdutos, preguiçosos, entre outras coisas.

Para Dejours (2003), a competitividade incita-se de uma verdadeira “guerra” econômica, que é vivida atualmente, isto é, existem várias vítimas que fazem um sacrifício necessário em prol de uma causa maior, e se entendemos como uma “guerra” é claro que os mais fracos são descartados (os indivíduos mais velhos, mulheres, jovens sem experiências, etc.), visto que se entende que são fracos, e podem dar mais prejuízos do que realmente gerar algum tipo de lucro para o empregador.

Justifica-se essa exclusão, criando uma ideologia que responsabiliza as pessoas pelas insuficiências das empresas, o que por si só justifica os assédios, as situações vexatórias, e até mesmo as demissões. Todavia, a informação que os empregadores omitem é que essa ideologia imposta é a principal instauradora de violência no interior das organizações, ou seja, “uma evolução das reações sociais ao sofrimento, à adversidade e à injustiça” (Dejours, 2003, p. 23).

Esse sistema de ideias gera uma violência colocada como natural, sem importância, que se apresenta no medo e vergonha dos funcionários. Dejours (2003), ainda que não trate apenas do tema “assédio moral”, nos apresenta aparatos para compreender que a influência da empresa (ou empregador) tem grande ligação com a violência gerada dentro da mesma. Por mais que o autor citado tenha baseado sua análise partindo da perspectiva do trabalho na França, podemos sem medo algum, usar suas discussões na América do Sul (e aqui no Brasil) para entender todo o processo de adaptação da tolerância à injustiça.

ASSÉDIO MORAL CONTRA OS TRABALHADORES

Segundo, Figueredo (2012), quando falamos de assédio moral¹, logo nos vem à mente a palavra “medo”, Para Hirigoyen (2005, p. 40.), o medo “representa uma força fundamental para desencadear o assédio moral já que normalmente qualquer violência surge do medo”, ou seja, diante de uma possível ameaça o ser humano pode sentir medo e assim investir contra aquele/a que considera responsável por tal situação.

Partindo disso podemos compreender que os chefes/as repassam aos empregados toda a responsabilidade pelas deficiências que há nas organizações. Pois, ainda reforça Hirigoyen (2005, p. 40), “O medo também é um modo de impelir a padronização”. Desse modo, essa ideologia acaba se transformando em força moral na vida do trabalhador, explicando o porquê das pessoas com boa “índole” aceitarem certos tipos de violência no campo profissional.

Dejours (2003) traz à discussão as práticas de controle, por vezes ilegais, estabelecidas aos trabalhadores, ou seja, à discriminação, o desprezo, às agressões verbais, os assédios morais e/ou sexuais contra as mulheres, à indução do trabalhador ao erro para alcançar uma justificativa de demissão, entre outros atos, colocados como comuns.

O ponto fundamental dessa transmutação para Dejours (2003) é a virilidade, que é compreendida como produto social. A virilidade está ligada à masculinidade, à violência, à agressividade, à dominação e às relações de poder da sociedade. Na atual sociedade capitalista ocidental, a virilidade, e grande força estão enraizados no “masculino” e as mulheres são tidas como “femininas” e fracas, não podendo apresentar tal qualidade.

Para Freitas, Heloani e Barreto (2008), vivemos numa sociedade que criou uma nova onda de violência organizada dentro do mundo do trabalho (2008, p. 5):

¹Basicamente o assédio moral pode ser compreendido como qualquer tipo de violência em que um indivíduo é humilhado/a, constrangido/a, ofendido/a, ou atacado em sua dignidade. No ambiente de trabalho o assédio moral aparece na ação prolongada e repetitiva dos/as trabalhadores/as a situações humilhantes.

A competição generalizada reforça o sentimento de hostilidade, inveja e indiferença ao outro, que passa a ser visto como objeto de ódio e ressentimento, o que parece uma nova forma de violência social, latente e induzida, que se apresenta em um nível de profundidade diferente daquele que é próprio do recalçamento e das pulsões humanas.

Complementando essa perspectiva, Morgan (1996) considera que embora tenham acontecido significativas transformações e mudanças no mundo do trabalho, se compararmos aos tempos da Revolução Industrial, ou em outros contextos escravocratas, a exploração ainda segue como um dos pilares que mantém toda a estrutura das organizações, contudo, se mantém menos explícita do que foi antigamente, no que se justifica as maneiras em como são disponibilizados as oportunidades de emprego, sempre preservado a estrutura das classe sociais, reproduzindo desse modo a discriminação a certas profissões operadas por mulheres, sempre dando importância pejorativa à suas cores, classes sociais, idades, e etc.

Assim, com o debate até então iniciado neste artigo, o presente leitor já deve estar se perguntando: “de onde surgiu essa atual divisão sócio técnica do trabalho no Brasil, que leva em consideração cor, status social, sexo, gênero, idade e etc.?” É o que traremos à discussão no próximo ponto.

A ANIMALIZAÇÃO DO NEGRO

Nessa etapa desse artigo traremos um debate acerca da trajetória sócio histórica do/a negro/ no Brasil.

Segundo Chiavenato (2012), os brasileiros conhecem várias histórias ilustradas nas novelas, ou em contos antigos de senhoras beatificadas que mandavam arrebentar os dentes de suas negras a marteladas, a socos, ou até mesmo usando o salto de suas lindas botinhas compradas na França. Várias mulheres negras formosas tiveram os seios cortados, simplesmente por ciúmes das suas senhoras.

Desde a captura na África, passando por vários sofrimentos até chegar ao Brasil, os/as negros/as foram vítimas de extrema desumanidade que a escravidão gerou. Muitos morreram de pestes, fome, de surras – com extrema violência; sendo que era algo comum separar famílias, mães e filhos, pais e

irmãos, sem pensar no que a pessoa sentiria ou não com essa quebra de vínculo.

Chiavenato (2012, p. 10) nos apresenta que “Proprietários geravam filhos nas suas escravas para obterem “crias” mais claras e vendê-las a alto preço para os serviços domésticos”. Deste modo, fica mais claro compreender o porquê ainda existe uma divisão clara no mundo do trabalho baseado simplesmente na cor de pele ou na raça da pessoa. Contudo, é necessário investigar a origem dessa violência.

Ainda segundo Chiavenato (2012), a economia brasileira se baseou na escravidão, sendo colocado como uma grande mercado ideológico da sociedade brasileira, gerando uma série de preconceitos. A origem do principal cometido no Brasil, isto é, o racismo, não se aplica apenas a cor da pele, mas sim em todo o conteúdo da herança dos negros: uma classe oprimida que após a abolição alienou-se como força bruta e barata de trabalho.

Nesse processo não podemos esquecer que a escravidão nas Américas arruinou toda a expansão da África, pois foram arrancados da África Negra em torno de 100 milhões de negros, sem se importar em desestabilizar sociedades inteiras, ou se iriam ou não desaparecer vários povos, culturas e etc.

Na história do Brasil, nota-se que houve a exploração do pau-brasil, do açúcar, do ouro, do café em diferentes momentos da história. Chiavenato (2012, p. 69) nos apresenta um gráfico com as exportações do Brasil em toneladas no decênio 1881-1890: Café com 76,4%, açúcar com 12,3%, algodão com 5,2%, tabaco com 4,1% e cacau com 2,0%, sempre usando força humana escravizada (índios e negros) como fonte de lucro. Há também na página 72, um gráfico de como foi feita a distribuição dos escravos por ramo produtivo no século XVIII: 40,9% dos escravos iam trabalhar em atividades ligadas ao açúcar, 18,2% na mineração, 7,6% no café e outros 33,3% em outras funções. Podemos contextualizar essas outras “funções” como funções domésticas, visto que, era grande o número de escravas mulheres que viviam na servidão dentro das casas grandes.

Importante ressaltar que antes da escravidão dos negros, os índios eram os escravos na mão dos portugueses, pois podia-se economizar transporte da África até o Brasil: bastava capturá-los. Os colonizadores mais ambiciosos ultrapassavam os limites aceitos pela Coroa Portuguesa, sem nem pensar nas punições posteriores. Grande exemplo desse comportamento foi Bartolomeu Barreiros de Athayde, colonizador enviado pelo governador do Pará ao Rio Amazonas, a princípio mandado para encontrar minas, mas acabou voltando com 300 escravos índios. Foi condenado porque:

(...) tinha tão indignamente violado as leis atacando sem a menor provocação os índios para escravizá-los, que acarretou sobre si um processo criminal, cujas consequências o levaram à sepultura, implicando no crime também o governador, teve o seu quinhão de desgraça. (SOUTHEY, 1981, p. 262)

Os Jesuítas e a Coroa eram contra esse tipo de escravidão, mas caro leitor, não pense que a Igreja Católica ou a Coroa Portuguesa pensavam na proteção dos índios por ser bonzinhos ou compadecidos, o que realmente acontecia era que:

A Igreja Católica decidiu-se pelo rendoso negócio da “proteção aos índios” porque estabeleceu com a Coroa portuguesa um acordo: ganhava 5% de comissões sobre a venda de negros escravos. Em troca, a Santa Sé permitia que se “resgatassem” os negros africanos e os escravizassem, como forma de trazê-los ao cristianismo. Com os lucros da cana-de-açúcar, pôde a Coroa impor à Colônia a importação dos negros, que era um dos seus melhores negócios. (CHIAVENATO, 2012, p. 87)

A partir desta perspectiva, os índios foram deixados de lado no que se diz respeito a escravidão, pois eram compreendidos como vagabundos, molengas, e segundo a leitura de Chiavenato (2012, p. 88, 89, 90 e 91) era mais fácil o extermínio deles do que a escravidão.

Assim, os negros começaram a chegar na África em péssimas condições. Chiavenato (2012) nos traz que para ocupar menos espaço nos navios os traficantes traziam muitas crianças de 7 a 10 anos. Enquanto se abatiam os negros, a Coroa Portuguesa obtinha muito lucro com o tráfico negreiro - pelo monopólio até 1718 - até mesmo tabelando o preço dos

escravos quando “terceirizava” o comércio a outras pessoas. Os escravos eram examinados como animais numa vitrine: eram apalpados, tinham dedos enfiados pelas bocas (procurando dentes para assim se descobrir a idade), os órgãos sexuais eram detalhadamente inspecionados para ver se estava apto a reprodução. Henry Koster lamenta esses atos:

(...) Deus da bondade! É a coisa mais horrível do mundo. Eles, porém, não parecem sentir mais que o desconforto da situação. Seu alimento é carne salgada, farinha de mandioca, feijão e às vezes banana da terra. A comida de cada dia é cozida no meio da rua, em enormes caldeirões. À noite, os escravos são conduzidos a um ou mais armazéns e o conduto fica de pé, contando-os à medida que eles passam. São trancados; e a porta é aberta de novo ao romper do dia seguinte (...) o desejo dessas míseras criaturas, de escapar a este estado de inanição e desconforto, manifesta-se quando aparece algum comprador. De bom grado se levantam para serem colocados em fila com o fim de serem examinados e tratados como gado... (KOSTER apud MENDES Jr; RONCARI; MARANHÃO, 1976, p. 106)

A partir disso, podemos compreender que após o escravo passar por toda a travessia do Oceano Atlântico em situações bárbaras, o negro já desestruturado psicologicamente, destruído moralmente, completamente desesperado, produz uma pessoa passiva da brutalização do colonizador, isto é, uma besta de carga que só responde em frente ao açoite.

Após toda essa contextualização da formação sócio histórica do Brasil, podemos assimilar o porquê nos ambientes profissionais o patrão/oa trata por diversas vezes o empregado/a negro/a de forma cruel, normalmente julgando apenas por sua cor de pele, ou raça, pois existe todo um contexto social, e um comportamento que é reproduzido de geração em geração. Hoje em dia a discriminação e preconceito seguem de um modo subjetivo, escondido, com um jeitinho mais “simpático”, contudo, seguem vivos em nossa sociedade.

MULHER NEGRA: UM CONTEXTO DE EXCLUSÃO SOCIAL:

Segundo Dias e Luz (2013) após a escravatura, a trajetória profissional e as formas de inserção da mulher no mundo do trabalho brasileiro, tiveram como pontos principais vários processos de exclusão, discriminação, preconceito, exploração e etc. Não podem ser negados os avanços que as

mulheres tiveram - via movimentos sociais e manifestações - na educação, direitos sociais e individuais e acesso ao trabalho, contudo ainda existe uma grande discussão acerca das desigualdades de gênero e raciais, visto que, existem discriminações com força suficientes para se impedir que um indivíduo esteja em posição de igualdade com outros.

Ainda nos baseando nos escritos de Dias e Luz (2013), entendemos que a história das mulheres no Brasil não foi conquistada de forma homogênea, visto que inicialmente essa história foi marcada por um longo processo de escravidão humana, historicamente mantida por processos de preconceito, exclusão social, e por racismo. O trabalho das mulheres negras no Brasil foi e é associado aos afazeres domésticos, atividade essa que no país é desvalorizado e cheio de preconceito. Não é incomum que, quando se deseja discriminar ou ofender uma pessoa se fale da cor da pele ou das atividades que essa pessoa ou (alguém da família) atua profissionalmente.

Kofes (2001) discorre que após todo o processo de abolição da escravidão no País, a população negra continuou sendo ligada ao trabalho degradante manual. Ainda hoje se escutam expressões racistas que legitimam essa representação, dentre as quais podemos citar: “serviço de preto” associação preconceituosa de serviço mal feito, “hoje é dia de preto” alusão ao dia que o trabalho estará mais puxado, “preto quando não erra na entrada, erra na saída” referência preconceituosa que afirma que o negro sempre irá errar, ou seja, que não faz um trabalho bem feito, entre outras citações racistas e pejorativas. Ainda conforme Dias e Luz (2013), as atividades manuais são ligadas a um significado de desqualificação e isto é associado na desvalorização do fazer doméstico e do trabalho feminino, isto porque a categoria profissional das empregadas domésticas é majoritariamente composto por mulheres, associado sempre a alienação, isto é, ao fazer sem pensar, não atribuindo a essas trabalhadoras o ser social discutido por Karl Marx (2008).

Conforme Carvalho (2008, p. 248) no Brasil, o padrão dos ambientes interiores da casa e o trabalho feito na cozinha, permaneceu “estigmatizada como território exclusivo da empregada ignorante, pouco asseada, cujo

linguajar subserviente mostrava as marcas da escravidão recente”. Nepomuceno (2012) também traz um censo que pode justificar o que Carvalho (2008) traz a debate, pois nesse Censo de 1890, ou seja, dois anos após a Lei Áurea ser assinada, apresentou dados de que 48% da população negra economicamente ativa trabalhavam nos serviços domésticos, 17% em atividades relacionadas à indústria, 9% em atividades agrícolas, e 16% em funções não declaradas.

A educação no Brasil Colônia e no Império era apenas permitida a população branca, sendo proibida a inserção de pessoas negras nas instituições escolares. E mesmo após depois de ser “permitida por lei”, a população negra continuou encontrando dificuldades no acesso à educação sejam pelo preconceito ou pela discriminação subjetiva. Desse modo, a dificuldade de acesso nas escolas, criou um ambiente favorável para que ocorresse uma desigual inserção das mulheres nas atividades profissionais:

Um quadro de ocupação na indústria de transformação no Rio de Janeiro nos anos de 1950 mostra que a mão de obra negra era superior à cota das mulheres brancas. Pretas e pardas eram em torno de 15%, ao passo que as mulheres brancas não ultrapassavam 3%. O quadro invertia-se completamente, contudo, no setor do comércio, no qual havia a exigência de trabalho com o público, com as brancas em maioria. Entre as mulheres ocupadas no setor de serviços- telefonistas, aeromoças, empregadas de escritório, dentre outras- as brancas superam a soma de pardas e pretas. (NEPOMUCENO, 2012, p. 388)

Ainda segundo Nepomuceno (2012) após isso, surgiu um grande período de desemprego atingindo os homens negros, o que contribuiu para que as mulheres passassem a ser empregadas domésticas, visto que era a única atividade laboral que elas podiam se inserir profissionalmente.

Nas primeiras décadas do século XX, as mulheres negras trabalhavam como empregadas domésticas vendiam e produziam mercadorias ou lavavam roupas. Deste modo, compreendemos que a inserção e permanência da mulher negra no mercado de trabalho brasileiro ocorreram de forma distinta da mulher branca, e ambas diferentes da inserção do homem neste mesmo mercado de trabalho.

No Brasil, ainda existiu a Revista Casa e Jardim, lançada em 1952, que num primeiro era voltada para a decoração e dicas domésticas, contudo, ela representava acima de tudo uma propaganda de representações, imagens e estereótipos femininos. Os anúncios dessas publicações da revista foram grandes responsáveis pela propagação dessas ideologias, Santos e Pedro (2011, p. 164) legitimam isso “Tais anúncios engendram estratégias discursivas de intertextualidade, entre imagens tradicionais e representações do moderno, reforçando estereótipos de gênero/raça/etnia e classe”.

Nesta revista, ainda era representado uma figura “idealista” da mãe preta, assim temos na Revista Casa e Jardim, edição de fevereiro de 1968, um registro intitulado “Mãe Preta” que faz alusão à uma mulher maternal escrava brasileira boazinha e feliz, mas que no decorrer deste artigo compreendemos que as citadas “mães pretas” fizeram parte de um contexto escravocrata, e algumas delas tiveram suas passagens de trabalho no fogão. O papel que a mulher negra tinha que assumir na casa “branca”, da mulher branca, era explícito:

Mas um dia, quando ia tudo a matroca pela casa, roupa por lavar, criança chorando com gripe sem querer tomar remédio, poeira tomando conta de tudo e a refeição por fazer, ela entrou no meu cenário que até então fora incompleto. Não falou muito, nem combinou serviço. Apenas tomou conta de tudo, da casa, das crianças e de mim, com seus olhos incrustados na face de ébano, toda ela ansiando para dar amor. (BECK, 1968, p. 98 apud in SANTOS e PEDRO, 2011)

Desse modo, a autora nos manifesta que a patroa, ou seja, a mulher branca, não era “capaz” de realizar o serviço doméstico e cuidar da família, o que virava responsabilidade da “mãe preta”, que com agilidade e alegria resolveria tudo. Contudo, com muito esforço as mulheres negras entenderam que não nasceram para passar a adiante a imagem da “mãe preta”, assim se organizaram, mudaram suas concepções, saíram à luta para ter efetivação dos direitos negados historicamente a todos os negros. Atualmente cabe a nós repassar a ideia de Ribeiro (2008, p. 988) para frente “as desigualdades são construídas historicamente, a partir de diferentes padrões de hierarquização

constituídos pelas relações de gênero e raça, que mediadas pela classe social, produzem profundas exclusões”.

SAÚDE DA TRABALHADORA NEGRA E O SERVIÇO SOCIAL

Segundo Mendes e Wusch (2011) os desafios a respeito da saúde do trabalhador/a, já estão postos sendo debatidos e compartilhados pelo conjunto da categoria do Serviço Social. Nessas áreas de intervenção, o assistente social é requerido para responder as demandas produzidas pela exploração do capital sobre todos os trabalhadores.

Na atual conjuntura da sociedade estão em processo de crescimento todas as diferentes formas de precarização do trabalho, resultando em vários acidentes e adoecimento das trabalhadoras/as, de tal modo, nessa perspectiva entendemos que esses fenômenos são produto das relações exploratórias da sociedade capitalista.

Ao Serviço Social cabe o enfrentamento das diferentes formas de como se dão essas relações. Iamamoto (2007) aponta que devemos contribuir com uma progressiva democratização dessas relações nos espaços sócio técnico do mundo do trabalho.

Mendes e Wusch (2011) apud in (Revista Serviço Social e Sociedade, 2011, p. 479) nos trazem que:

Os desafios apontados na interface entre Serviço Social e a saúde do trabalhador devem orientar novas problematizações para a área, contribuir para o avanço do conhecimento e, acima de tudo, enfrentar o que se identificou aqui como uma dispersa demanda. Essa demanda é constitutiva da direção ético-política da profissão e das exigências impostas pela realidade social.

Assim, compreendemos que podemos discutir esses temas no Serviço Social, ou seja, discutir essas relações que ocorrem nas interfaces do trabalho, os assédios, violências, pois temos respaldo teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo para entender, traçar estratégias e superar essas relações de forças tão presentes na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a construção desse artigo, foi necessário entender toda a estrutura da formação sócio histórica do Brasil, e em como surgiu e se encaixou o trabalho doméstico nele, Também teve que ser clara a compreensão da categoria trabalho e a necessidade do capital em tê-lo ativo para assim controlá-lo.

Como foi ponderado e fundamentado nesta pesquisa, o trabalho doméstico surgiu como um dos primeiros trabalhos da sociedade, visto que, não era/é requerido muita qualificação para o desempenho de tal exercício, o que atrai várias mulheres que normalmente começam a trabalhar muito jovens e perduram nessas atividades até uma idade avançada. Entende-se que numa ideologia de “mãe preta” são criados laços entre os/as empregadores/as com as empregadas muitas vezes com vínculos pessoais, afetivos, sociais, econômicos, vínculos de gratidão, o que é terrível, pois torna ainda maior e mais devastadora a alienação sofrida por essas trabalhadoras.

Assim, depois de toda essa discussão que trouxemos à discussão, compreende-se que historicamente essas relações no mundo do trabalho (que conseqüentemente é a raiz do assédio moral sofrido pela categoria) foi algo imposto nas trabalhadoras do ambiente doméstico. Apreende-se que existe uma consolidação dessa ideologia na sociedade Brasileira, que atuava/atua coesa com uma reprodução de trabalho escravista que ainda é algo muito vivo na atualidade, mesmo que subjetivamente.

Espera-se que esse debate traga um campo fértil para possíveis futuras discussões na nossa categoria profissional, visto que seria muito interessante a construção ou até mesmo o fortalecimento de uma consciência crítica voltada a categoria das empregadas domésticas, pois pode-se contribuir com o rompimento do traço tradicional imposto à elas, ou seja, as relações entre empregadas domésticas versus patroas/patrões.

Os/as Assistentes Sociais, juntamente ao seu projeto profissional e Código de Ética, podem contribuir com a efetivação e ampliação de direitos sociais e trabalhistas, na expansão da cidadania e na própria desmistificação e preconceito que ronda a categoria das profissionais domésticas.

É necessário se ter clareza que são todas mulheres trabalhadoras, na sua grande maioria mulheres negras e pobres, mas ainda assim mulheres que possuem sonhos, que sofrem e adoecem, que se preocupam com o futuro próprio e dos filhos, almejando sempre um futuro mais digno e que acima de tudo são mulheres brasileiras, e afinal, se na Constituição Federal² traz que todos somos iguais perante a lei, porque ainda há tanta discriminação e preconceito com essas trabalhadoras?

Por fim, a luta para a construção de estruturas que rompam com o racismo, preconceito e discriminação contra essas profissionais é um caminho longo e árduo a ser alcançado. O desafio para alcançarmos a igualdade de gênero, racial, profissional, etc. está posto. Nós já estamos fazendo nossa parte, e você caro/a leitor/a, já fez a sua?

AGRADECIMENTOS

À nossa querida Professora Glacielli Thaiz Souza de Oliveira, pois sua missão vai muito além do que é proposto a um professor. Nosso obrigado a sua paciência, dedicação, carinho e muito bom humor ao nos orientar.

A nossa querida mestre e amiga, toda nossa gratidão!

Referências

CARVALHO, Vânia Carneiro de. **Gênero e Artefato**. São Paulo: EDUSP, 2008, p. 217-271.

CHIAVENATO, Júlio José. **O negro no Brasil**/ Júlio José Chiavenato – 1. Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2016.

DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. 5. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

DIAS, Jussara Marques de Medeiros. LUZ, Nanci Stancki da. **De escravas domésticas para empregadas domésticas: conquistas das mulheres negras?** 2013.

² Artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

FIGUEREDO, Patrícia Maria. **Assédio moral contra mulheres nas organizações**/ Patrícia Maria Figueredo. - São Paulo: Cortez, 2012.

FREITAS. Maria Ester de; HELOANI. Roberto; BARRETO. Margarida. **Assédio moral no trabalho**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

GAULEJAC, Vincent de. Crítica dos fundamentos da ideologia de gestão. In: CHANLAT, Jean Françoise; FACHIN, Roberto Costa; FISCHER, Tania. (Org.). **Análise das organizações: perspectivas Latinas**, v. 1. Olhar histórico e constatações atuais. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

GAULEJAC, Vincent de. Do assédio moral ao assédio social. IN: SEIXAS, Jacy Alves de; BRESCIANI, Maria Stella (Org.). **Assédio moral: desafios políticos, considerações sociais, incertezas jurídicas**. Uberlândia: Edufu, 2006.

HIRIGOYEN, Marie France. **Mal-estar no trabalho: redefinindo o assédio moral**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

KOFES, Suely. **Mulher, mulheres: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas domésticas**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.

MARX, Karl. **O Capital – Livro 1: O Processo de Produção do Capital**. Editora: Civilização Brasileira. Coleção: Crítica da Economia Política. Edição 25. 2008. MENDES, Jr., Antônio; RONCARI, Luiz; MARANHÃO, Ricardo. **Brasil História: texto e consulta**. São Paulo. Brasiliense, 1976, v. 1.

MENDES, Jussara Maria Rosa. WUNSCH, Dolores Sanches. Serviço Social e a saúde do trabalhador: uma dispersa demanda. **Serviço Social e Sociedade**. Nº 107. **Condições de trabalho – saúde**. Editora Cortez, p. 461- 481, jul/set. 2011.

MORGAN, G. **A face repugnante: as organizações vistas como instrumentos de dominação**. Imagens da organização. São Paulo: Atlas, 1996.

LOPES, Aline e QUINTANS, Mariana Trotta. Participação social nas ações de constitucionalidade sobre as políticas de ação afirmativa para negros no Brasil.

In: NEPOMUCENO, Bebel. **Mulheres Negras: Protagonismo Ignorado**. In: PINSKY, Carla B. e PEDRO, Joana M. (org.) Nova História das Mulheres. São Paulo: editora contexto, 2012.

RIBEIRO, Matilde. **Mulheres negras: uma trajetória de criatividade, determinação e organização**. Estudos Feministas, v. 16, nº 3, p. 987-1004, 2008.

SANTOS, Marinês Ribeiro dos; PEDRO, Joana Maria. **Estratégias discursivas e identidades de gênero: a construção da “dona de casa moderna” na revista Casa & Jardim dos anos 1960**. Caderno Espaço Feminino, v. 24, nº 1, 2011.

SOUTHEY, Robert. **História do Brasil**. 6. Ed. Belo Horizonte. Lisboa, 1979.
WEBER, Max. **Sociologia da burocracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.